

A RESTAURAÇÃO DE PORTUGAL

De Paranhos Antunes

Formosos dias de Outubro aqueles de 1640, como só os há em Portugal. Pelas risonhas planícies do Alentejo trotava animoso cavaleiro, rumo a Vila Viçosa. Era ali a residência senhorial do Duque de Bragança. A velha cidade portuguesa, que recebera seu foral em 1270, dado por D. Afonso III, surgia-lha à frente, naquele amanhecer de Outubro, toucada de farrapos de nevoeiro. Contornando-a, o cavaleiro infletira seguro para o castelo dos Braganças. De caminho soubera que D. João ganhara os montes numa das suas habituais caçadas. Pelas terras do pretendente ao trono português, corria o grito de caça:

— Avante monteiros — correi montes e valados, esquadrinhai sarças e balseiros! — Avante que por Nosso Senhor monteais!

E ao convite ducal, nobres e fâmulos distribuíram-se pelos vastos domínios do príncipe de Bragança. Muito adentro encontrou-o o mensageiro! Separara-se o jovem duque da luzida companhia. Era moço, 36 anos, “estatura meã, rosto franco e jovial”, os olhos azuis combinando com o loiro dos cabelos.

— Erguei-vos senhor Alcaide de Mourão, que não vos cabe tal postura, dissera o jovem caçador ao mensageiro.

— Senhor sim, que me cabe. Venho de Evora e trago cartas para vós do nobre marquez de Ferreira, do conde de Vimioso e de D. Rodrigo de Melo!

— Advinho o que elas contém...

— E também eu, Senhor. Quando receberemos de vós a palavra decisiva para agir? Quando o veremos à nossa frente, “à frente destes leais portugueses, tão vossos, senhor, tão zelosos e decididos?...” “Que esperais? Que esperamos nós? Os conjurados impacientam-se, o povo como se pressentisse o que se trama, começa a revolver-se e a erguer a voz. Que não

acordem os castelhanos. — Não os deixemos nós despertar. Não vos falo eu, senhor, fala-vos a boa fidalguia de Portugal, fala-vos tôda uma nação, que mal já pode com seus grilhões — falam-vos tantas mães, filhas e espôsas que tem seus filhos, pais e maridos comprometidos nesta grande emprêsa”, e vivem a contar estas horas anciosas.

— Basta senhor Alcáide, disse o Duque. Volto aos paços. Aguarde minhas ordens na igreja de Santiago.

Pedro de Mendonça, Alcáide-mor de Mourão, despedira-se contristado do nobre Duque de Bragança. Parecia-lhe que a sua missão ia falhar e ainda desta vêz o Duque protelaria o dia do golpe. Tornando ao passo, o Duque consultara os seus. Antônio Pais Viegas, seu secretário privado, achava oportuno o momento. E a espôsa Dona Luiza de Gusmão, dissera-lhe:

— Sêde rei, senhor! “Antes morrer reinando do que viver servindo”, palavras que passaram à história.

* * *

Lisbôa dormia. Resfolegava da sua vida inquieta e buliçosa. Eram 40 os conjurados. Naquela noite, no quarto de João Pinto Ribeiro, deviam saber a resposta do Duque. Iam chegando aos poucos, um a um, embuçados. O conde de Atouguia, seu irmão D. Francisco Coutinho, D. Miguel de Almeida — o velho e respeitável chefe da conjuração, o Padre Nicolau da Maia, D. Antão de Almada, D. João da Costa, D. Alvaro d'Abranches e tantos outros, nobres, sinceros e valorosos obreiros da restauração, que aguardavam as novas trazidas por Pedro de Mendonça, da parte do Duque. Não demorou que o fiel emissário entrasse no recinto em que o aguardavam:

— Que resposta trazeis, senhor Alcáide?

— A melhor possível. O duque aprova tudo o que fizerdes.

— Quais devem ser as vítimas?

— As menos possíveis. Miguel de Vasconcelos todavia é indispensável, porque o povo assim o quer.

— “Que dia aprazamos?”

— Sábado, 1.º de Dezembro”.

Todos a porfia queriam arrostar as consequências da au-

daciosa conjuração, destacando-se D. João da Costa, que pedira um lugar na vanguarda onde o perigo fôsse maior. Aquela hora tardia da noite, revestia-se de magnitude.

João Pinto Ribeiro descobrira-se, tirando o barrete. Era um pato sagrado. Alí estavam 40 portugueses de velha e rija têmpera, dispostos a morrer ou libertar a pátria do jugo do odioso Miguel de Vasconcelos, preposto da Duqueza de Mântua, mandatária, por sua vez, de Felipe III da Espanha...

Descobrira-se e ajoelhara. Um a um, todos os conjurados o imitaram.

— Deus nos ajude, senhores. Retiniram sôbre as lages do quarto as espadas dos quarenta fidalgos, que dobraram o joelho em terra para orar. A lua ia alto. Virava da Meia-Noite. Oravam pela libertação de Portugal! Bendita liberdade, que se apoiava na religião e no amor para com a pátria. E ninguém mais poderia duvidar daqueles heróis, que assim se consagravam à defesa da mais alta e justa das causas humanas.

Tudo fora previsto para o golpe de mão de 1.º de Dezembro de 1640. A nobreza e o clero, unidos, tudo haviam preparado em segredo.

E os corações leais batiam com mais fervor, nas vésperas do grande acontecimento. Para maior glória de Portugal nem faltavam as mulheres, dando a nota heróica pela libertação da pátria oprimida havia 60 anos.

A história recolheu o nome de duas dignas matronas: D. Felipa de Vilhena e D. Mariana de Lancastre, ambas de "igual nobreza", geradoras de ilustres descendências. "Da primeira provêm os Atougias, os Mascarenhas, Marquezes da Fronteira e Condes de Penaguião, os Marquezes de Fontes, os Ribeiras Grandes, os Condes de Alva e da segunda, os Condes de Vilar Maior, os Alegretes, os Taroucas, os Vila-Nova de Cerveira, os Ficalhos, etc.

Eram duas figuras brilhantes de mulheres. D. Felipa "alma estoica de mulher forte, hieraticamente aristocrática, de grande nobreza de coração, representativa e imponente", como a retrata o Conde de Sabugosa; a outra, D. Mariana, de alma enternecedoramente sebastianista, sensibilidade vibratil,

poeticamente visionária, mística e supersticiosa. Dois lírios de suave perfume, da mais pura linhagem nacional.

D. Felipa de Vilhena, da casa dos Condes de Faro, espôsa do Conde de Atouguia, D. Luiz de Ataíde, senhor de Peniche, enviuvara muito cedo, ficando, moça e formosa, com quatro filhos. Suas filhas “deixaram na história uma doce e suave memória de beleza, de graça e de inteligência”, embora a primeira, D. Maria de Ataíde, tenha morrido em plena adolescência florida, como dama da Rainha D. Luiza. A segunda filha, D. Luiza de Faro, Condessa de Penaguião, tornou-se o “oráculo da corte”, pois era ouvida e procurada por damas e fidalgos, que em assuntos de consciência, como nos do govêrno e das letras. “E a eleição de um vestido, a escolha e uma jóia, o arqueado das anquinhas, o donaire dos guarda-infantes e o frisar das plumas que enfeitavam os toucados, eram objetos de consultas a ela dirigidas e com arte respondidas. Dos filhos varões falaremos em breve.

D. Mariana de Lancostre, viuva de Luiz da Silva, que fôra alcáide mor de Ceia, trazia nas veias o sangue de seu avô Braz Telas Menezes, companheiro do infante D. Luiz, numa expedição a Tunis; forjara a alma de seus dois únicos filhos na esperança de ver a pátria livre e restaurada...

Eram duas almas de eleição.

E naquela madrugada escura de 1.º de Dezembro, as mães heróicas, armavam os seus estremecidos rebentos cavaleiros da jornada gloriosa.

D. Mariana, no seu palácio próximo da Mouraria, conduzia os filhos para o oratório dos seus antepassados e com êles rezou pela vitória da pátria. Alí os armou com as armas tradicionais da família, recomendando-lhes que seguissem o exemplo dos avós. “Deitou-lhes sôbre as armaduras as amplas capas negras; e quando os viu assim embuçados e com os largos sombreiros caídos sôbre os olhos, entraram no coche que os havia de conduzir ao Terreiro do Paço, voltou à sua capela a encomendar a Deus o destino daqueles pedaços da sua alma”.

Enquanto essa comovente cena se passava no Palácio de D. Mariana, noutro vetusto solar, entre o Largo de S. Domin-

gos e a calçada da Glória, nas visinhanças da casa dos Almeidas, junto ao Palácio que pertenceu até há poucos anos aos barões da Regaleira, em casa de D. Felipa de Vilhena, outra semelhante se repetia. Também ela se levantara pela madrugada e trouxera para junto de si a seus dois filhos; dois lindos adolescentes, D. Jerônimo de Ataíde e D. Francisco Coutinho. E no grande salão, junto ao retrato do pai, segurando duas espadas, fê-los ajoelharem-se:

— Em nome de Deus Padre, em nome do Filho e do Espírito Santo... e em nome do vosso rei e da vossa Pátria, eu vos faço a ambos Cavalheiros... Erguei-vos agora, Cavaleiros de D. João IV. D. Jerônimo e D. Francisco, meus filhos, erguei-vos e ide ganhar o trono para el-rei e para a Pátria...

No Terreiro do Paço onde imperava a soberba Duqueza de Mântua, como mandatária da Espanha, e seu odiente ministro, Miguel Vasconcelos, ninguém presentira o golpe, que estava prestes a ser desferido, naquela plácida manhã de 1.º de Dezembro de 1640.

Havia, entretanto, nas suas proximidades, desusado movimento de coches, quasi todos de tolda arriada. Eram os conjurados.

Quando o relógio da Capela Real bateu as 9 horas, vários vultos encapados saltaram das viaturas e investiram sobre o Palácio. Foi um movimento rápido. Venceram a guarda dos Tudescos, e ganharam as salas principais com o otogenário Miguel de Almeida, a frente. Em poucos instantes estava o Palácio ocupado pelos bravos e audazes fidalgos. A notícia, entretanto, correrá célere. A rua se apinhava de povo, e D. Miguel de Almeida, da sacada do Paço, rejuvenescido, as barbas brancas agitadas pela comoção, bradou ao povo:

— Liberdade! Liberdade! Viva El-Rei D. João IV.

O Padre Nicolau da Maia com uma espada na mão e um cruxifixo na outra, agitava a população lisboeta.

Enquanto isso, D. Antônio Telo, com os filhos de D. Felipa de Vilhena, penetravam na Secretaria a procura de Miguel

de Vasconcelos. Três balas o atingiram e a multidão, no Terreiro do Paço, encarregou-se de liquidar o Renegado.

A Duqueza de Mântua arrogantemente fizera frente ao respeitável D. Miguel de Almeida e aos dois filhos de D. Mariana, os dois Teles da Silva, prometendo-lhes o perdão do Rei de Espanha pelo que julgava um desatino.

— Já temos Rei português, responderam êles.

Prorrompeu ela então em improperios. D. Carlos de Noronha, porém, ameaçou-a, dizendo-lhe que não desse ocasião para lhe faltarem com o respeito.

— A mim? interrogou ela com altivez — A mim? Como teriam êsse atrevimento?

— Obrigando Vossa Alteza a sair por aquela janela, si não quizer sair por aquela porta, respondeu o nobre fidalgo português.

E a soberba Duqueza rendeu-se, saindo silenciosa e rubra de rancor.

Estava vencida a gloriosa jornada de 1.º de Dezembro.

Depois de 60 anos de cativo, Portugal retomava as rédeas do seu destino, que os Felipes de Espanha quizeram lhe arrebatam.

Durante êsses 60 anos, Portugal, contudo ainda vivera sem perder a consciência de Pátria e de Nação. — Sim! A pátria portuguesa vivera, algemada ao jugo dos Felipes, mas soletrando os versos mortais dos Lusíadas, que eram como a Bíblia da sua redenção futura; viveu na esperança do Desejado, no sonho da volta de D. Sebastião, o rei que se perdera e perdera a própria pátria nos areais adultos da África; viveu no silêncio dos Mosteiros, na taciturnidade dos castelos, no recesso dos solares, no fundo escuro das mansardas, e mais que tudo, no âmago dos corações lusitanos, inconformados, e rebeldes ao jugo estranho e deshonroso, a sonhar com a liberdade!

D. João IV entrou em Lisbôa debaixo de grandes ovações. A alma portuguesa desoprimida saudava a D. João, “Rei de direito pelo sangue e pela vontade do povo”.

Poucos dias depois partia de Vila Viçosa a Rainha, com D.

Teodósio, o príncipe herdeiro e as duas filhas, D. Joana e D. Catarina, a mesma que foi depois rainha da Inglaterra.

Enquanto o cortejo real passava, entre festas, pelas risonhas planícies do Alentejo, talvez aquela que agora era Rainha de fato, lembrasse o noivado com o Duque de Bragança, um adolescente muito lindo, de olhos azuis e cabelos loiros; a chegada a Elvas, e ela friamente, coberta por um "bohême" agrazalhante, um lindo chapéu de plumas brancas a lhe enfeitar a cabecita formosa. Depois os esponsais, os festejos que se prolongaram dias e dias, e os primeiros ciumes, e o primeiro filho, as "domésticas discórdias". Mais que tudo, porém haveria de recordar a profecia que um moiro cativo, sábio em astrologia, lhe vaticinara, anunciando que um dia haveria de ser Rainha!

E ela soube ser Rainha daquele Portugal combalido por mais de meio século de extorsões, com o seu juízo claro dos homens e das cousas, com o elevado espírito de que era dotada, o que fêz com que o embaixador da França em Portugal, Monsieur Junt escrevesse ao Cardeal Mazarin: "il lui serait difficile persuader qu'une femme peut être éclairée au point qui l'est cette princesse", (Seria difícil persuadir-se que uma mulher fôsse tão esclarecida como o é esta princeza.

Feita a libertação de Portugal era preciso e urgente obter a adesão das possessões ultramarinas. Do modo como estas recebessem o ato da restauração e a subida do Duque de Bragança ao trono, dependeria a própria sorte da Metrópole.

Mensageiros velozes foram despachados além-mar. Felizmente, nas Colônias, também se conservara a proverbial fidelidade portuguesa; também nelas se tragava o fel do cativo e se acalentava o sonho de ver Portugal redimido dos ultrajes do estrangeiro.

Governava a Bahia o Marquez de Montalvão, quando se soube em fevereiro de 1641, a nova tão anciosamente esperada. Recebendo a mensagem de D. João IV, não se preceitou o Governador, pois temia a reação da forte guarnição castelhana ali existente. Mandou primeiro formar as tropas de sua inteira confiança, que eram os terços de seu filho e os de Men-

des de Vasconcelos. Depois foi chamando as pessoas de relevo da cidade de Salvador e particularmente dando-lhes ciência do ocorrido.

Convocando-as, depois, a tôdas, leu a mensagem do Rei obtendo adesão unânime dos presentes. Dalí seguiram para a Sé da Bahia, onde foi D. João IV, aclamado com grande acompanhamento de povo, sendo desarmada a guarnição espanhola por entre grandes manifestações de regosijo público.

De tôdas as pequenas vilas do Brasil daqueles tempos recuados a que mais se destacou nas festas da restauração, foi, talvez, o Rio de Janeiro, fundado por Estácio de Sá, em 1565. Aquele burgo, que, em 1641, contava apenas 76 anos de existência tinha já seus ares de pequena cidade, graças ao calor que lhe davam os portugueses.

Dessas festas ficou uma "Relação", publicada em 1641 em Lisboa por Jorge Rodrigues e agora, felizmente reeditada, sob os auspícios de Augusto Lima Junior, membro da delegação oficial do Brasil às comemorações do duplo centenário de Portugal, em 1940.

A preciosa publicação dá-nos por miúde a descrição das alegrias públicas no Rio pela aclamação de D. João IV. Governava aquela vila, Salvador Corrêa de Sá e Benavides, quando soube dos sucessos de Portugal. Procedeu com a mesma prudência com que na Bahia agira o Marquez de Montalvão. E assim que teve a certeza da adesão de todos os seus governados determinou as festas em honra do seu legítimo rei fazendo comovente discurso, transbordante de júbilo e entusiasmo. Assinado o auto da aclamação, saíram todos em procissão, Corrêa de Sá à frente, o Sargento Mor Ortiz de Mendonça, comandante militar da praça, o Padre provincial dos Jesuitas, os oficiais da Câmara, o prelado eclesiástico e demais sacerdotes, os capitães de infantaria, fortalezas e ordenanças, homens nobres e povo, levando à testa do cortejo o pendão real, rumo à Matriz, onde sôbre um missal foi feito o juramento protocolar debaixo de vivas e aplausos.

Durante vários dias fora iluminadas as casas da pacata cidadezinha, timbrando cada morador em melhor ornamentar a

fachada de suas residências, enquanto as fortalezas disparavam seus canhões de instante a instante.

Dias e dias esteve o Rio de Janeiro sob a gala das festas da restauração. Numa das noites saíram 116 cavaleiros, lusiamente montados e vestidos, dando vivas a El-Rei, levando a frente dois carros ornados de flores, acompanhados de uma orquestra dirigida pelo licenciado Jorge Fernandes da Fonseca. Outro dia armou o governador dois esquadrões num elegante torneio de cargas e escaramuças, terminado o qual, imponente em seu traje de tela encarnada, sofreu o feroso animal que gineteava, mandou calar mecha, e tirando o chapéu gritou com voz estentórica:

Viva El-Rei D. João o IV, de Portugal!

Viva que foi repetido três vêzes e respondido com três descargas.

Corridas de touros, jogos de canas, teatro, corrida de manilhas, mascaradas, etc. tais foram as festas com que a futura capital do Brasil aclamou o nome de D. João IV.

Para o Sul do Brasil tôdas as demais vilas do Brasil, aclamaram com grandes e extraordinárias festas, a restauração de Portugal, exceto S. Paulo. Na antiga Piratininga, a colônia espanhola era bastante numerosa. Sabendo de antemão que os paulistas não renegariam o rei de Portugal pelo soberano de Castela, concertaram os espanhóis o maquiavélico plano de elegerem um rei bandeirante, estimulando assim o amor próprio dos paulistas. Fácil lhes foi convencer a arraia miuda, com promessas, e se dirigiram em altos brados à casa de Amador Bueno, “aclamando-o por seu rei”. Mas o nobre e equilibrado ancião bem compreendeu o ardil e tomou aquela manifestação “mais como insulto do que como honra”. Conta-se que, perseguido pelos manifestantes, fugiu de espada em punho, rumo ao Mosteiro de S. Bento e que aos que corriam após êle, gritando:

— Viva Amador Bueno, nosso rei, obtinham como resposta:

— Viva o Senhor D. João IV, nosso rei e pelo qual darei a vida!

Felizmente, cessado o primeiro entusiasmo pela repulsa

com que Amador Bueno repeliu a insólita aclamação, foi D. João IV reconhecido como único Rei e Senhor da terra que Anchieta catequisara.

Bem razão teve, pois, Afrânio Peixoto em dizer que a restauração também foi nossa.

De fato, com Portugal também sentíamos o jugo odioso dos intrusos e aspirávamos pelo dia da liberdade. E a prova está no júbilo com que esta banda de cá do Atlântico recebeu a boa nova de sua redenção.

Aquele Brasil ainda informe, de cento e poucos anos de vida, com as suas fortalezas e engenhos ao longo da costa imensa e cobiçada, com as primeiras cidadezinhas em formação, sofria também o desastre de D. Sebastião, em Alcácer-quibir; lia, pelos seus letrados, a epopéia vibrante dos Lusíadas; orava pela boca dos Nóbregas, Vieiras e Anchietas; esperava, ansiosamente, pela volta do Desejado, do Encoberto, do Messias da Pátria...

Uma vez livre, Portugal conseguiu manter a sua liberdade pelo patriotismo de seus filhos, contra a teimosia dos espanhóis que não a queriam admitir. E a vitória estrondosa e decisiva sobre as armas de Castela na batalha de Montes Claros, firmou e garantiu para sempre essa liberdade.

O Brasil partilhou por longos anos da sorte de Portugal. À sombra da gloriosa bandeira das quinas e de suas armas formamos a nossa terra, gizamos as nossas fronteiras, adquirimos uma fisionomia, fizemos o nosso aprendizado na guerra, penetramos o sertão, repelimos os intrusos, forjamos o nosso caráter, plasmamos a nossa consciência.

Somos herdeiros das tradições portuguesas. E com orgulho o proclamamos bem alto, porque a cultura que mandou professores a ensinar nas maiores universidades da Europa da Renascença, o gênio que descobriu mundos e mares, a tenacidade que venceu o desconhecido e o soube manter subjugado, a coragem, que se firmou em mil batalhas contra moiros, contra castelhanos, contra africanos e asiáticos, nada ficam a dever a outros povos pretenciosos do seu poderio atual.

A fé em Cristo, o espírito de clan, o respeito aos mais

velhos, a severidade dos costumes, o amor pelas causas elevadas, os sentimentos de honra, o respeito à palavra empenhada são outros tantos predicados que recebemos como legado precioso de nossos avoengos portugueses.

Porisso vibramos à leitura das páginas incomparáveis de sua história, cultuamos os seus heróis de fé robusta, conservamos o orgulho dessa ascendência ilustre e cantamos, ufanos, a sua glória imortal!